



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1964 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 05 - Estado e Política Educacional

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO PAULISTA
Gustavo Antonio Valentim - UNESP - Presidente Prudente / FCT- Universidade Estadual Paulista
Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em educação que tem como objeto de estudo a educação de tempo integral no Estado de São Paulo. Tem como objetivo apresentar como a educação em tempo integral se fez presente ao longo do tempo na rede pública de educação paulista. Para tanto, realizamos um levantamento no qual consultamos importantes pesquisadores que abordam a escola pública brasileira e a educação em tempo integral. Concluímos, que a escola vem se transformando de acordo com as mudanças da nossa sociedade, em consonância com os ideais de quem está no poder e, conseqüentemente com a novas demandas oriundas das transformações sociais. Constatamos ainda que, assim como diversas outras experiências brasileiras os casos paulistas se caracterizam por uma implementação parcial, visto que, foram e são ofertados a apenas uma parcela dos alunos da rede de ensino paulista.

Palavras-chave: Escola pública. Educação em tempo integral. Políticas públicas.

Este trabalho tem o intuito de apresentar a trajetória da educação em tempo integral no Estado de São Paulo, identificando as experiências que vem sendo desenvolvidas ao longo do tempo pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Tal levantamento faz parte dos resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em educação que tem como objeto de estudo a educação de tempo integral no Estado de São Paulo.

No decorrer da história educacional paulista, a educação em tempo integral foi posta em prática pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo diversas vezes, sendo que, a primeira experiência, propriamente dita, desenvolvida no Estado de São Paulo foram os Ginásios Vocacionais. Fruto de uma experiência educacional instaurada no Estado em 1959, denominada Classes Experimentais, tais Ginásios funcionaram de 1961 a 1970.

Esta experiência originou-se de uma tentativa de renovação do sistema de ensino paulista. Segundo Chiozzini (2014, p. 26), os Ginásios Vocacionais foram criados na gestão do Governador Carvalho Pinto e, encabeçados pelo Secretário de Educação do Estado de São Paulo Luciano de Carvalho que após ter contato com a experiência das classes experimentais do Instituto Educacional Narciso Pieroni na cidade de Socorro/SP.

[...] articulou a inserção de quatro artigos entre os noventa e três que compunham a chamada 'Lei do Ensino Industrial', criando um novo sistema ginasial estadual. Posteriormente, esse sistema passou a ser subordinado ao órgão denominado Serviço do Ensino Vocacional (SEV), que respondia diretamente ao gabinete do Secretário da Educação e era paralelo à toda estrutura burocrática da Secretaria.

Segundo Neves (2011, p. 549), tal sistema de ensino era uma tentativa de superação do dualismo que marcava a educação brasileira na época. Esta superação aconteceria pelo fato de que,

[...] O Vocacional, centrado na valorização do trabalho e entendido como o ato criativo humano por excelência, deveria criar um modelo democrático de educação garantindo, independentemente da classe social, a formação geral e a preparação para a inserção dos jovens no mundo do trabalho.

De acordo com Fodra (2015, p. 44), os Colégios Vocacionais tinham inspiração nas ideias do movimento Escolanovista e, seu fim se deu devido a divergências entre os membros do SEV e “[...] uma ação do governo autoritário pós Ato Institucional nº 5 (AI-5), fechou todos os Colégios Vocacionais e prendeu educadores que foram acusados de “preparar mentes para o comunismo”.

Com a extinção dos Ginásios Vocacionais, o Estado de São Paulo passou por um período de 16 anos sem experiências de tempo integral, que somente voltaram a ser implantadas no Estado com o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC), instituído pelo Decreto nº. 25.469, de Julho de 1986, do Governador Franco Montoro, na gestão de José Aristodemo Pinotti, como Secretário de Educação.

O Profic foi baseado em uma concepção Intersetorial, na qual a oferta de educação em tempo integral se daria através da cooperação entre diferentes setores e entidades. Segundo Ferretti, Vianna e Souza (1991, p. 6) o Profic constituiu um “[...] programa de repasse de verbas a escolas das redes públicas, prefeituras ou entidades particulares conveniadas, para receberem alunos selecionados, das escolas da rede pública que optarem por aderir ao programa. [...]”. De acordo com os autores, o programa não foi gestado na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e, sim, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da qual o então secretário de educação havia sido reitor.

Ao analisar a proposta de elaboração do projeto Ferretti, Vianna e Souza (1991) encontraram aproximações entre o Profic e programas sociais da área da saúde implementados nos anos de 1960 e 1970, segundo os autores, tais programas originários dos Estados Unidos e estimulados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) são marcados por características funcionalistas e assistencialistas.

Sobre as críticas direcionadas ao programa na época de sua implantação Ferretti, Vianna e Souza (1991) atentam para o fato de que ele era considerado um programa eleitoreiro, visto que, foi elaborado no final do mandato de Franco Montoro como Governador e, encabeçado por José Aristodemo Pinotti, que havia assumido a pasta da educação poucos meses antes do final da gestão do governador.

Segundo Fodra (2015, p. 49), o Profic resistiu até o ano de 1993 e perpassou o mandato de sete secretários de educação, sendo extinto “[...] assim como todos os outros Programas que tinham participação de apenas algumas escolas e não atendessem às demandas de todas as escolas da rede pública estadual paulista.”

Com a extinção do Profic o Estado de São Paulo passou novamente por um período de quase duas décadas sem abordar a educação em tempo integral. Vale destacar que nos referimos a propostas elaboradas ou implementadas diretamente pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

No ano de 2006, surgiram as Escolas de Tempo Integral (ETI), implementadas na gestão do Governador Geraldo Alckmin, no período em que Gabriel Chalita estava à frente da secretaria de educação paulista, através da Resolução SE nº 89, de 09 de dezembro de 2005.

Com uma carga horária semanal de 45 aulas e, uma jornada diária de 9 aulas, a Escola de Tempo funciona em dois turnos, manhã e tarde.

Segundo Fodra (2015, p. 50) o projeto foi proposto as escolas de ensino fundamental da rede pública paulista e “[...] destinava-se, de preferência, às escolas que estivessem em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e nas periferias urbanas. [...]”. A autora constatou com sua pesquisa que,

[...] Algumas unidades migraram para o Novo Modelo de Escola de Ensino Integral, o Programa Ensino Integral. [...] Desde 2008, existe uma parceria do Programa e o Instituto Ayrton Senna, que desenvolve o Programa Superação Jovem em algumas escolas, com oficinas de leitura, produção de texto e experiências matemáticas. O Programa Mais Educação do governo federal também apoia as ETI.

Com a criação em 2011 do programa Educação – Compromisso de São Paulo, a educação integral ganhou maior destaque e, novas iniciativas deste modelo de ensino surgiram.

Na gestão de Herman Voorwald como Secretário de Educação do Estado de São Paulo, no governo de Geraldo Alckmin, a Secretaria de Educação de São Paulo criou, em 2012, o Programa de Ensino Integral (PEI), instaurado pela Lei Complementar nº 1.164, de 04 de janeiro de 2012 e alterado pela Lei Complementar nº 1.191, de 28 de dezembro de 2012.

Atualmente, Segundo a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, este modelo está presente em aproximadamente 5% das mais de 5.000 escolas estaduais espalhadas por todo o Estado de São Paulo.

De acordo com Pessente (2016, p. 23)

[...] O modelo parece ter sido implementado de maneira direta, não houve a participação dos educadores ou das universidades de educação na escolha do modelo, além disso, parece ser um modelo atrelado aos moldes empresariais, pois está envolvido com organizações internacionais como a UNESCO, tem metas a serem cumpridas e prescreve o Plano de Ação a ser seguido pela escola.

Em tal modelo, de acordo com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a carga horária das aulas são de 9h e 30min para o ensino médio e 8h e 30min para o ciclo II do ensino fundamental. Além das disciplinas da base nacional comum, os alunos realizam atividades como: projeto de vida, preparação acadêmica, orientação de estudo, protagonismo juvenil, dentre outras.

Segundo Barbosa (2016, p. 98)

Os alunos que estão no PEI, foco central da escola, seja no Ensino Fundamental ou no Médio, ressignificam o espaço escolar e desconstruem a visão de que os adolescentes e os jovens não têm consciência sobre seu papel e que são avessos a responsabilidades.

Os docentes do Programa de Ensino Integral atuam no regime de dedicação plena e integral, no qual trabalham apenas

em uma escola por 40 horas semanais, para tanto, recebem a gratificação de dedicação plena e integral, que corresponde a um acréscimo de 75% em seu salário-base. Neste sentido, Pessente (2016, p. 37) verifica que,

Se dividirmos o tempo fora da sala de aula pelo número de atividades a serem desenvolvidas nele, verificaremos que são direcionadas aproximadamente apenas 1 hora e 30 minutos semanais para cada uma dessas atividades, o que não parece ser suficiente nem para preparar 28 (vinte e oito) aulas semanais, quanto mais dar conta de todas as demandas (...) Dessa maneira, a dedicação plena integral parece se justificar, pois sem ela os profissionais ficariam ainda mais sobrecarregados, influenciando nas suas vidas pessoais.

Constatamos com este levantamento que, assim como diversas outras experiências brasileiras os casos paulistas se caracterizam por uma implementação parcial, visto que, foram e são ofertados a apenas uma parcela dos alunos da rede estadual.

Com este levantamento pudemos observar ainda, que, a escola pública paulista sofreu inúmeras transformações ao longo do tempo, de acordo com as mudanças sociais. Portanto, as experiências de educação em tempo integral implementadas pela SEE/SP variaram de acordo com o período histórico e os ideais de quem está no poder no momento em que foram implementadas.

Referências

BARBOSA, Rafael Conde. **Aprendizagens e Relações no Tempo e Espaço Escolares**: suas ressignificações no contexto do Programa de Ensino Integral do Estado de São Paulo (PEI). 2016. 283 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. As mudanças curriculares dos Ginásios Vocacionais de São Paulo: da "integração social" ao "engajamento pela transformação". **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 14, n. 3, p.23-53, set. 2014. Universidade Estadual de Maringá.

FERRETTI, Celso João; VIANNA, Cláudia Pereira; SOUZA, Denise Trento de. Escola pública em tempo integral: o Profic na rede estadual de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 76, p.5-17, fev. 1991.

FODRA, Sandra Maria. **O projeto de vida no ensino médio**: o olhar dos professores de história. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

NEVES, Joana. Renovação educacional e desenvolvimento econômico: o ensino vocacional em São Paulo - uma questão política. **Diálogos**, Maringá, v. 15, n. 3, p.533-550, set./dez. 2011.

PESENTE, Adriana Maria D'arezzo. **A Formação do Professor Protagonista no Programa Ensino Integral do Estado de São Paulo**. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação Profissional em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Ensino Integral**. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/ensino-integral>> Acesso em: 30 nov. 2017